



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING ELETRÔNICO**

**16/10/2010**



# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CARTÓRIOS.....	1 - 3
1.2. CÂMARA CÍVEL.....	4
1.3. FÓRUM DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS.....	5
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. COMEÇAR DE NOVO.....	6
2.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	7
2.3. SERVIDORES.....	8
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. SERVIDORES.....	9
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CARTÓRIOS.....	10 - 11
4.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	12 - 13
4.3. SERVIDORES.....	14 - 15
4.4. TREINAMENTO DE SERVIDORES.....	16
5. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
5.1. CARTÓRIOS.....	17 - 18
5.2. CÂMARA CÍVEL.....	19
5.3. SERVIDORES.....	20 - 21

# Registros falsos podem levar Corregedoria a pedir revisão eleitoral em municípios

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) está convencida que a descoberta de registros de nascimento falsos e em série pode levar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) a determinar revisão eleitoral em vários municípios. "Codó e Timbiras seriam dois deles", admitiu ontem, o corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. Um pedido nesse sentido pode ser feito oficialmente pela CGJ, com base em investigações que se estendem a São Luís, Imperatriz, Caxias, Barreirinhas e Turiaçu. O órgão detectou problemas graves de registro nessas sete cidades. Timbiras aparece no topo de um esquema que teve como alvo benefícios eleitoral e previdenciário.

Pág. 5

## Registros falsos podem levar Corregedoria a pedir revisão eleitoral em municípios

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) está convencida que a descoberta de registros de nascimento falsos e em série pode levar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) a determinar revisão eleitoral em vários municípios. "Codó e Timbiras seriam dois deles", admitiu ontem, o corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior.

Um pedido nesse sentido pode ser feito oficialmente pela CGJ, com base em investigações que se estendem a São Luís, Imperatriz, Caxias, Barreirinhas e Turiacu. O órgão detectou problemas graves de registro nessas sete cidades. Timbiras aparece no topo de um esquema que teve como alvo benefícios eleitoral e previdenciário.

Com as irregularidades descobertas pela Polícia Federal no município, em abril, a CGJ instaurou Processo Administrativo Disciplinar n.º 16.546/2010 para apurar a fraude na esfera da justiça estadual. Desde março, Corregedoria e PF iniciaram parceria para desbancar a máfia do registro civil no Maranhão.

Em Timbiras, a Polícia Federal descobriu 1.484 registros de nascimento enxertados no espaço em branco de outros regis-

tros. Em muitos documentos há duplicidade de numeração, adulteração e rasuras. Outros foram feitos com base em ordem judicial inexistente. Há, ainda, registros de nascimento lavrados nos assentos dos livros de casamento.

Com base nas certidões irregulares emitidas, os fraudadores obtiveram títulos eleitorais no TRE e vantagens no INSS.

Busca em Imperatriz - Guerreiro Júnior anuncia para Imperatriz uma busca específica nos livros de nascimento. A operação, em data não revelada, será desencadeada em cooperação com a Polícia Federal. Os dois órgãos suspeitam de número elevado de fraudes na sede municipal e regiões próximas.

Em São Luís, o problema decorre dos registros de nascimento feito na Central de Registro, atualmente extinta. Foram detectados registros tardios irregulares (feitos a rogo) e pessoas que tiraram mais de um registro de nascimento.

Em setembro, a CGJ pe-

diu que a Polícia Federal investigasse evidências de fraude em milhares de certidões de nascimento praticada na Central da Justiça (antiga Central de Registros). O material enviado à superintendência regional da PF reuniu cerca de 50 volumes e cerca de 13 mil cópias de certidões falsas.

Venda de terras - Ontem, o corregedor enviou ao subprocurador da Justiça, Eduardo Jorge Heluy Nicolau, cópia de processo com treze volumes sobre um segundo motivo que tornaram Barreirinhas também famosa: a venda irregular de terras públicas numa das regiões mais conhecidas do estado no exterior.

A PF já recebeu o documento e partilha a nova linha de buscas com a CGJ. Ibama e Ministérios Públicos federal e estadual conhecem o processo.

Os documentos apontam para uma sucessão de artifícios para a comercialização irregular de terras. Município e governo federal estariam sendo lesados em milhões de reais.

*Reprodução*



► Corregedor-geral da Justiça Antonio Guerreiro Júnior

## **REGISTROS FALSOS PODEM LEVAR CORREGEDORIA A PEDIR REVISÃO ELEITORAL EM MUNICÍPIOS**

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) está convencida que a descoberta de registros de nascimento falsos e em série pode levar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) a determinar revisão eleitoral em vários municípios. “Codó e Timbiras seriam dois deles”, admitiu nessa sexta-feira, 15, o corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. Um pedido nesse sentido pode ser feito oficialmente pela CGJ, com base em investigações que se estendem a São Luís, Imperatriz, Caxias, Barreirinhas e Turiaçu. O órgão detectou problemas graves de registro nessas sete cidades. Timbiras aparece no topo de um esquema que teve como alvo benefícios eleitoral e previdenciário.

## TJ DECIDE POR INTERVENÇÃO EM VIANA

O colegiado das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou procedente, nesta sexta-feira, 15, representação para intervenção do Estado no município de Viana. A intervenção terá o objetivo específico de demitir servidores contratados irregularmente e não resultará em afastamento do prefeito do cargo. A decisão foi unânime, nos termos do voto do relator, desembargador Cleones Cunha, e de acordo com o entendimento da Procuradoria Geral de Justiça. O Ministério Público (MP) moveu o pedido de intervenção pelo fato de o município ter descumprido ordem da 1ª Vara da comarca de Viana em ação de execução de termo de ajustamento de conduta (TAC). O acordo previa a nomeação de aprovados em concurso público e a demissão dos contratados sem concurso. O MP alega que o município cumpriu parcialmente o acordo, pois não teria demitido os servidores irregulares, nem justificado a manutenção da suposta ilegalidade.

## SOLUCIONAR E PREVENIR



**A** Ilha-Capital se prepara para sediar no próximo ano de 2011 o III Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários, destinado à discussão de temas ligados à questão agrária e urbana. O importante evento tem como finalidade promover estudos e propor medidas para solucionar e prevenir conflitos fundiários no Brasil.

No contexto: o Fórum de Assuntos Fundiários foi instituído por Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 110, de 6 de abril de 2010. Em sua 4ª Edição, o Fórum será dividido em painéis, workshops e palestras oferecidos por especialistas renomados na área.

No Maranhão, os juízes Márcio Castro Brandão (diretor do Fórum de São José de Ribamar), Carlos Henrique Rodrigues Veloso (2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) integram o Comitê Executivo de Assuntos Fundiários Urbanos do Tribunal de Justiça do Maranhão que tem a competente coordenação do desembargador Paulo Velten.

É grande a expectativa do evento em razão da importância da edição do Fórum realizado no Maranhão, por se tratar de um ano onde terá início uma nova administração no governo estadual e presidencial. É também uma oportunidade impar de debater assuntos de natureza fundiária e segurança no campo com maior amplitude entre as instituições da Justiça.

► Desembargador Paulo Velten no comando do Comitê Executivo de Assuntos Fundiários Urbanos do TJ do Maranhão.

# CNJ adotará sistema criado pelo TJ-MA

Sistema de cadastramento de beneficiários e parceiros do Programa Começar de Novo foi apresentado ontem ao Conselho pelo desembargador do Maranhão Froz Sobrinho

O desembargador José Ribamar Froz Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Maranhão, apresentou ontem ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o sistema de cadastramento de beneficiários e parceiros do Programa Começar de Novo (SCN) que facilitará as ações de reinserção profissional da população carcerária.

O sistema foi desenvolvido pela assessoria do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJ-MA em parceria com técnicos da Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração do Estado do Maranhão. A página do SCN na internet é alimentada, com dados relativos à situação penal de cada presidiário, pelos estados. Esses dados serão inseridos no sistema pelo Poder Judiciário dos estados, secretarias de segurança pública, parceiros institucionais do Programa Começar de Novo e familiares dos presos reeducandos.

Froz Sobrinho, que coordena o Grupo de Monitoramento, Fiscalização e Acompanhamento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), explicou que o sistema poderá ser usado pelos demais tri-

bunais de Justiça do Brasil a partir de 1º de fevereiro de 2011.

O Sistema Começar de Novo é um sistema de gerenciamento eletrônico das ações do Programa Começar de Novo, que possibilitará traçar um senso carcerário com os dados psicossociais da população carcerária. O sistema possibilitará o acesso a informações de outros bancos de dados. Inicialmente, o sistema ficará hospedado no Tribunal de Justiça do Maranhão

**Apresentação** - Segundo o desembargador Froz Sobrinho, o CNJ vai adotar o Sistema Começar de Novo como modelo na administração de dados sociais e penais para todos os tribunais de Justiça do país. A adoção do sistema em nível nacional foi acertada após a apresentação feita ao juiz auxiliar da presidência do CNJ, Luciano Losekann. Ficou acertada para o dia 9 de dezembro uma reunião com os representantes dos grupos de monitoramento dos estados para tratar da implantação do sistema.

Para o desembargador, "o grande objetivo do Sistema Começar de Novo é padronizar o

sistema, criando uma mesma estrutura em todo o Brasil".

O SCN será alimentado com os dados penais do Sistema de Gestão e Informação Penitenciária (Sigo), conforme termo de cooperação técnica firmado entre o Poder Judiciário do Maranhão e a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Pelo acordo, todos os processos penais do Maranhão, incluindo as progressões dos regimes dos detentos e outros serviços inerentes ao sistema, poderão ser integrados ao sistema do Judiciário.

Foram responsáveis pelo desenvolvimento do sistema os analistas Solon Leite de Miranda, Ariston Chagas Apoliano Júnior, Francisco Pinho Santos, Marcio Fonseca Vieira (TJMA), com apoio do secretário adjunto de Tecnologia da Informação e Integração do Maranhão, Mário Pereira Junior.



Paulo Soares

Froz Sobrinho diz que sistema poderá ser usado pelos demais tribunais



## PRESENTES

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



**BURITI BRAVO** - Crianças carentes de dois núcleos residenciais do município de Buriti Bravo ganharam presentes no Dia Das Crianças. Uma sentença de conciliação no Juizado Especial Cível foi convertida em brinquedos e distribuídos a 311 crianças pobres, na tarde de segunda-feira (11), no município. O juiz titular do Fórum de Buriti Bravo, Denys Carneiro Rocha dos Santos, e funcionários da Justiça encontraram uma forma diferente de fazer festa em comemoração às crianças. Funcionários do fórum e amigos distribuíram os brinquedos em clima de muita alegria, músicas, danças e brincadeiras.

## Servidor do TJ é detido por transportar aves silvestres

Foi detido ontem pelo Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) o chefe do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Tribunal de Justiça do Maranhão (Ferj), José Soares Cutrim, que transportava 16 aves, em um veículo do Tribunal, sem licença para transporte de animais silvestres. O presidente do TJ-MA, Jamil Gedeon, determinou abertura de sindicância para apurar a conduta do servidor e dos demais funcionários que o acompanhavam.

De acordo com o delegado do Meio Ambiente Marcos Bordalo, José Soares foi liberado pela polícia depois de assinar um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por se tratar de um crime de menor potencial ofensivo e os animais não correrem risco de extinção.

Em depoimento acompanhado pelo promotor de Justiça do Meio Ambiente, Fernando Barreto, e a chefe de fiscalização do Ibama, Ciclene Brito, José Soares explicou a forma como adquiriu os animais e o que pretendia fazer com eles. Segundo o delegado, o acusado disse que as aves eram para sua criação pessoal e foram compradas na cidade de Viana, onde esteve realizando a fiscalização de cartórios extrajudiciais. "Ele informou que comprou os 15 marrecos e o pato-domato em Viana de uma pessoa que insistiu para que os adquirisse. Ele alegou que não sabia que o transporte de animais silvestres sem a prévia autorização do Ibama configurava crime ambiental", explicou o delegado.

# Carro oficial no tráfico

Animais silvestres são apreendidos em veículo do Tribunal de Justiça. Presidente do órgão determina imediatas providências

**SANDRA VIANA**

**Q**uinze marrecos e um pato do mato sendo transportados em veículo do Tribunal de Justiça do Maranhão por um servidor do referido órgão. O quadro descrito foi alvo de ação da Delegacia do Meio Ambiente e Polícia Ambiental, que, na manhã de ontem, apreendeu as aves, cuja compra, venda e criação são proibidas por lei, e instaurou inquérito contra o servidor. O veículo, uma van branca de placa HDQ-5096, era conduzido por José Cutrim, que é chefe da fiscalização do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (Ferj).

As aves foram levadas ao Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Ibama e o acusado deve responder pela infração em liberdade. Segundo o delegado Mauro Bordalo, da Delegacia do Meio Ambiente, trata-se de "crime de menor potencial ofensivo e não prevê prisão". O acusado prestou depoimento e preencheu um Termo Circunstantial de Ocorrência (TCO), sendo liberado logo após. Outro ilícito praticado pelo servidor envolve o uso de veículo oficial para atividade particular e, no caso, ilegal.

Em nota, o Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio de sua assessoria, informou que irá tomar providências a fim de apurar o uso irregular de veículo do TJ por servidores. A apuração imediata foi determinada pelo presidente do TJ, desembargador Jamil Gedeon, que se encontra em São João dos Patos em reunião de trabalho com magistrados daquele município. A nota do TJ requer à Coordenação de Processos Administrativos e Disciplinares do órgão, que sejam "imediatas providências no sentido de apurar o que vem sendo noticiado, tendo em vista a suposta conduta irregular praticada por servidores".

O veículo utilizado retornava do interior do estado onde cumpria serviço de fiscalização dos cartórios extrajudiciais. A interceptação do servidor é fruto de denúncia. José Cutrim estava em companhia de outro homem não identificado quando foi abordado. Eles vinham do município de Viana (a 219 km da capital). O policial que os abordou fazia policiamento de rotina. Segundo o advogado do acusado, em relatos ao delegado Mauro Bordalo, o destino das aves seria para criação em casa. O advogado também defendeu que seu cliente não sabia

ser crime ambiental o transporte de aves destas espécies.

## Crime comum

O delegado Mauro Bordalo revela ser comum esse tipo de crime, principalmente nos interiores, onde criar animais silvestres é algo cultural. Também por isso, difícil de coibir. Ele lista pássaros como o curió, tatus, papagaios e marrecos como espécimes comuns na prática da infração. "É uma prática ilegal que deve ser coibida por todos. As crianças são o futuro e delas pode vir a conscientização dos adultos", avaliou o delegado.

*"É uma prática ilegal que deve ser coibida por todos. As crianças são o futuro e delas pode vir a conscientização dos adultos"*

**MAURO BORDALO,**  
delegado

## Registros falsos podem levar Corregedoria a pedir revisão eleitoral em municípios

A Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) está convencida que a descoberta de registros de nascimento falsos e em série pode levar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) a determinar revisão eleitoral em vários municípios. "Codó e Timbiras seriam dois deles", admitiu ontem o corregedor-geral da Justiça, Antônio Guerreiro Júnior.

Um pedido nesse sentido pode ser feito oficialmente pela CGJ, com base em investigações que se estendem a São Luís, Imperatriz, Caxias, Barreirinhas e Turiaçu. O órgão detectou problemas graves de registro nessas sete cidades. Timbiras aparece no topo de um esquema que teve como alvo benefícios eleitoral e previdenciário.

Com as irregularidades descobertas pela Polícia Federal no município, em abril, a CGJ instaurou Processo Administrativo Disciplinar n.º 16.546/2010 para apurar a fraude na esfera da justiça estadual. Desde março, Corregedoria e PF iniciaram parceria para desbançar a máfia do registro civil no Maranhão.

Em Timbiras, a Polícia Federal descobriu 1.484 registros de nascimento enxertados no espaço em branco de outros registros. Em muitos documentos há duplicidade de numeração, adulteração e rasuras. Outros foram feitos com base em ordem judicial inexistente. Há, ainda, registros de nascimento lavrados nos assentos dos livros de casamento.

Com base nas certidões irregulares emitidas, os fraudadores obtiveram títulos eleitorais no TRE e vantagens no INSS.

**Busca em Imperatriz** – Guerreiro Júnior anunciou para Im-

peratriz uma busca específica nos livros de nascimento. A operação, em data não revelada, será desencadeada em cooperação com a Polícia Federal. Os dois órgãos suspeitam de número elevado de fraudes na sede municipal e regiões próximas.

Em São Luís, o problema decorre dos registros de nascimento feito na Central de Registro, atualmente extinta. Foram detectados registros tardios irregulares (feitos a rogo) e pessoas que tiraram mais de um registro de nascimento.

Em setembro, a CGJ pediu que a Polícia Federal investigasse evidências de fraude em milhares de certidões de nascimento praticada na Central da Justiça (antiga Central de Registros). O material enviado à superintendência regional da PF reuniu cerca de 50 volumes e cerca de 13 mil cópias de certidões falsas.

**Venda de terras** – Ontem, o corregedor enviou ao subprocurador da Justiça, Eduardo Jorge Heluy Nicolau, cópia de processo com treze volumes sobre um segundo motivo que tornaram Barreirinhas também famosa: a venda irregular de terras públicas numa das regiões mais conhecidas do estado no exterior.

A PF já recebeu o documento e partilha a nova linha de buscas com a CGJ. Ibama e Ministérios Públicos federal e estadual conhecem o processo.

Os documentos apontam para uma sucessão de artifícios para a comercialização irregular de terras. Município e governo federal estariam sendo lesados em milhões de reais.



**Antônio Guerreiro Júnior admitiu irregularidades em várias cidades**

## ***Definidas estratégias para a Semana de Conciliação***

As estratégias de trabalho a ser utilizadas em parceria pelo Poder Judiciário e o Procon foi o tema de reunião na manhã de ontem, na Coordenadoria dos Juizados Especiais.

Presidido pela coordenadora dos Juizados, juíza Francisca Galiza, o encontro reuniu a superintendente do Procon-MA, Denise Gasparinho Costa; a chefe do departamento jurídico do órgão, Sônia Oliveira; e a diretora da Corregedoria, Sumaia Heluy, coordenadora-geral da Semana da Concilia-

ção no estado.

Entre as estratégias de trabalho definidas no encontro, a participação de um juiz nas audiências que serão realizadas na sede do Procon (Avenida Getúlio Vargas, 1908).

As audiências acontecerão pela manhã e tarde. Segundo a superintendente do órgão, a idéia é promover mínimo de 100 audiências. Para viabilizar a ação, o horário de trabalho no Procon – 8h às 14h – foi estendido para dois turnos, de modo a atender a demanda.

### **3º Juizado Criminal**

Devido à mudança de prédio, o 3º Juizado Especial Criminal suspende na segunda-feira, 18, e durante a semana, trabalhos da secretaria judicial, prazos processos e audiências. A partir do dia 25, o 3º Jecrim retoma atividades em nova sede, na Faculdade São Luís (Rua Grande, 1455, Canto da Fabril), informa a juíza Maria Eunice do Nascimento Serra, que responde pelo juizado. O 3º Juizado Especial Criminal funcionava no Fórum Universitário, na Rua do Sol (Centro).

## TJ decide por intervenção em Viana para demissão de servidores sem concurso

O colegiado das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) julgou procedente, ontem, 15, representação para intervenção do Estado no município de Viana. A intervenção terá o objetivo específico de demitir servidores contratados irregularmente e não resultará em afastamento do prefeito do cargo. A decisão foi unânime, nos termos do voto do relator, desembargador Cleones Cunha, e de acordo com o entendimento da Procuradoria Geral de Justiça.

O Ministério Público (MP) moveu o pedido de intervenção pelo fato de o município ter descumprido ordem da 1ª Vara da comarca de Viana em ação de execução de termo de ajustamento de conduta (TAC). O acordo previa a nomeação de aprovados em concurso público e a demissão dos contratados sem concurso. O MP alega que o município cumpriu parcialmente o acordo, pois não teria demitido os servidores irregulares, nem justificado a manutenção da suposta ilegalidade.

Sustenta que o gestor municipal, Rivalmar Gonçalves Moraes, ignorou a ordem judicial de juntada da documentação comprobatória de cumprimento das obrigações assumidas no TAC e nem apresentou motivo, por escrito, da recusa ou impossibilidade de seu cumprimento.

**Execução** – O relator da representação anotou que o órgão

ministerial propôs, em 2008, uma ação de execução contra o município, visando ao cumprimento do TAC firmado entre ambos em novembro de 2006, nos itens referentes à nomeação dos candidatos aprovados em concurso público, bem como a demissão, até 31 de março de 2007, dos servidores irregulares.

Cleones Cunha observou que o juiz da 1ª Vara de Viana ordenou a citação do gestor para que, em 30 dias, cumprisse os termos do acordo, sob pena de multa. Relatou que o prefeito limitou-se a informar que realizou concurso para diversos cargos, nomeando vários aprovados, entretanto sem se referir à exoneração dos contratados irregularmente.

Segundo o desembargador, por reiteradas vezes a Promotoria de Justiça de Viana solicitou, sem obter êxito, a comprovação do cumprimento dos demais termos do acordo, até que pleiteou a execução de multa diária, a qual, até então, estava no valor de R\$ 242 mil. O magistrado de 1º grau determinou a citação do gestor para pagamento da dívida, mas não obteve resposta, o que culminou no ajuizamento da representação para intervenção.

Em razão dos fatos, o relator julgou procedente a representação para intervenção estadual no município, e determinou a realização de providências junto à governadora do Estado, para que seja decretada a intervenção.



## ***Oficial de Justiça é detido transportando aves silvestres***

### **Animais viajavam em uma van do Tribunal de Justiça do Maranhão**

Na manhã de ontem, por volta das 11h30, o oficial de Justiça José Soares Cutrim, chefe da fiscalização do Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (Ferj), foi detido por policiais do Batalhão Ambiental por transportar animais silvestres. José Soares é irmão do deputado estadual Raimundo Cutrim, e com ele foram apreendidas 16 aves, sendo 15 marrecos e um pato, que estavam sendo transportados de Viana para São Luís, em uma van do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

O veículo foi abordado na BR-135, no Bairro de Pedrinhas. Ao constatar o transporte dos animais, os militares encaminharam o caso à Delegacia do Meio Ambiente, na Rffesa. Lá, o oficial de Justiça foi interrogado pelo delegado Mauro Bordalo, e relatou que trazia as aves para criar e que não tinha conhecimento de que o transporte desses animais era crime.

José Cutrim assinou um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e vai responder pelo crime em liberdade. Os animais que estavam sendo transportados em cofos, caixa de tomate e caixa de papelão, foram levados ao Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetras), do Ibama, na Maiobinha. (VF)

## Servidores que processam ações no TJ passam por treinamento

O presidente do Tribunal, desembargador Jamil Gedeon, baixou portaria suspendendo os prazos processuais no âmbito do 2º grau na segunda-feira, 18. Com a determinação, os prazos judiciais a vencer no dia 18 ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

A medida decorre da realização de treinamento das 14 às 18h, destinado a 130 funcionários responsáveis pelo Processamento das Ações no 2º Grau do TJMA, que acontece no auditório do Quality Grand São Luís Hotel, e corresponde a mais uma etapa de preparação dos servidores para a

padronização dos procedimentos.

O treinamento reúne os funcionários lotados na Diretoria Judiciária (coordenações de atuação, distribuição, cível, criminal, plenário, jurisprudência e publicação e recursos constitucionais) e divisões para a realização de aulas e discussões sobre padronização de procedimentos e, consequentemente, não haverá expediente no horário das 14 às 18h.

Segundo a diretora Judiciária, Denyse Batista, o objetivo da capacitação é adotar medidas destinadas à redução da taxa de congestionamento nos órgãos judiciários de primeiro e segundo graus, estabelecido no III Encontro

Nacional do Judiciário, em fevereiro de 2010.

A importância também se reflete na necessidade de desenvolver ações em todos os setores responsáveis pelo processamento das ações no Segundo Grau, tornando o trabalho mais célere e eficiente. A medida cumpre meta do Planejamento Estratégico no sentido de desenvolver conhecimentos, habilidades e atividades dos magistrados e servidores.

O curso é realizado com apoio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam). Mais informações podem ser solicitadas pelo telefone 2106 9072 (Diretoria Judiciária).

## ELEIÇÕES PODEM TER SIDO FRAUDADAS COM FALSOS REGISTROS

Página-2

## Registros falsos podem levar a revisão eleitoral

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) está convencida que a descoberta de registros de nascimento falsos e em série pode levar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) a determinar revisão eleitoral em vários municípios. “Codó e Timbiras seriam dois deles”, admitiu ontem, 15, o corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior.

Um pedido nesse sentido pode ser feito oficialmente pela CGJ, com base em investigações que se estendem a São Luís, Imperatriz, Caxias, Barreirinhas e Turiaçu. O órgão detectou problemas graves de registro nessas sete cidades. Timbiras aparece no topo de um esquema que teve como alvo benefícios eleitoral e previdenciário.

### PROCESSO

Com as irregularidades descobertas pela Polícia Federal no município, em abril, a CGJ instaurou Processo Administrativo Disciplinar n.º 16.546/2010 para apurar a fraude na esfera da justiça estadual. Desde março, Corregedoria e PF iniciaram parceria para desbançar a máfia do registro civil no Maranhão.

Em Timbiras, a Polícia Federal descobriu 1.484 registros de nascimento enxertados no espaço em branco de outros registros. Em muitos documentos há duplicidade de numeração, adulteração e

rasuras. Outros foram feitos com base em ordem judicial inexistente. Há, ainda, registros de nascimento lavrados nos assentos dos livros de casamento.

Com base nas certidões irregulares emitidas, os fraudadores obtiveram títulos eleitorais no TRE e vantagens no INSS.

### EM IMPERATRIZ

Guerreiro Júnior anuncia para Imperatriz uma busca específica nos livros de nascimento. A operação, em data não revelada, será desencadeada em cooperação com a Polícia Federal. Os dois órgãos suspeitam de número elevado de fraudes na sede municipal e regiões próximas.

Em São Luís, o problema decorre dos registros de nascimento feito na Central de Registro, atualmente extinta. Foram detectados registros tardios irregulares (feitos a rogo) e pessoas que tiraram mais de um registro de nascimento.

Em setembro, a CGJ pediu que a Polícia Federal investigasse evidências de fraude em milhares de certidões de nascimento praticada na Central da Justiça (antiga Central de Registros). O material enviado à superintendência regional da PF reuniu cerca de 50 volumes e cerca de 13 mil cópias de certidões falsas.

### TERRAS

Ontem, o corregedor enviou ao subprocurador da Justiça, Eduardo Jorge Heluy Nicolau, cópia de processo com treze volumes sobre um segundo motivo que tornaram Barreirinhas também famosa: a venda irregular de terras públicas numa das regiões mais conhecidas do estado no exterior.

A PF já recebeu o documento e partilha a nova linha de buscas com a CGJ. Ibama e Ministérios Públicos federal e estadual conhecem o processo.

Os documentos apontam para uma sucessão de artifícios para a comercialização irregular de terras. Município e governo federal estariam sendo lesados em milhões de reais.

# INTERVENÇÃO EM VIANA

O colegiado das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou procedente, ontem, 15, representação para intervenção do Estado no município de Viana. A intervenção terá o objetivo específico de demitir servidores contratados irregularmente e não resultará em afastamento do prefeito do cargo. A decisão foi unânime, nos termos do voto do relator, desembargador Cleones Cunha, e de acordo com o entendimento da Procuradoria Geral de Justiça.

O Ministério Público (MP) moveu o pedido de intervenção pelo fato de o município ter descumprido ordem da 1ª Vara da comarca de Viana em ação de execução de termo de ajustamento de conduta (TAC). O acordo previa a nomeação de aprovados em concurso público e a demissão dos contratados sem concurso. O MP alega que o município cumpriu parcialmente o acordo, pois não teria demitido os servidores irregulares, nem justificado a manutenção da suposta ilegalidade.

Sustenta que o gestor municipal, Rivalmar Gonçalves Mora-

es, ignorou a ordem judicial de juntada da documentação comprobatória de cumprimento das obrigações assumidas no TAC e nem apresentou motivo, por escrito, da recusa ou impossibilidade de seu cumprimento.

## EXECUÇÃO

O relator da representação anotou que o órgão ministerial propôs, em 2008, uma ação de execução contra o município, visando ao cumprimento do TAC firmado entre ambos em novembro de 2006, nos itens referentes à nomeação dos candidatos aprovados em concurso público, bem como a demissão, até 31 de março de 2007, dos servidores irregulares.

Cleones Cunha observou que o juiz da 1ª Vara de Viana ordenou a citação do gestor para que, em 30 dias, cumprisse os termos do acordo, sob pena de multa. Relatou que o prefeito limitou-se a informar que realizou concurso para diversos cargos, nomeando vários aprovados, entretanto sem se referir à exoneração dos contratados irregularmente.

Segundo o desembargador,

por reiteradas vezes a Promotoria de Justiça de Viana solicitou, sem obter êxito, a comprovação do cumprimento dos demais termos do acordo, até que pleiteou a execução de multa diária, a qual, até então, estava no valor de R\$ 242 mil. O magistrado de 1º grau determinou a citação do gestor para pagamento da dívida, mas não obteve resposta, o que culminou no ajuizamento da representação para intervenção.

Em razão dos fatos, o relator julgou procedente a representação para intervenção estadual no município, e determinou a realização de providências junto à governadora do Estado, para que seja decretada a intervenção.

# Ibama apreende aves no mercado

Quinze marrecos e um pato d'água apreendidos pela polícia ambiental, ontem, 15, em uma van do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), já estão no Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetras), do Ibama, em São Luís. O funcionário do tribunal, chefe da fiscalização do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (Ferj), José Cutrim, que estava com os animais, já prestou depoimento na delegacia, assinou um Termo Circunstancial de Ocorrência e terá que pagar multa de R\$ 8 mil.

Apenas no início da tarde, o Ibama foi informado sobre a apreensão. Uma equipe foi deslocada para a Delegacia Ambiental, na Beira-Mar, mas ao chegar no local, não encontrou os animais, que já tinham sido levados para o Centro de Triagem de Animais Silvestres, na Maiobinha. A van, também, já havia sido liberada pela polícia. O promotor de Defesa do Meio Ambiente, Luís Fernando Barreto Junior, foi acionado para acompanhar o caso.

A equipe do Ibama conseguiu, ainda, autuar José Cutrim. Ele teria dito à equipe e à polícia que estava transportando os animais para serem criados em um sítio.

Além de pagar a multa de R\$ 8

mil, José Cutrim terá que responder à Justiça. Uma audiência já está marcada para dezembro, no 1º Juizado Especial da Capital.

## SINDICÂNCIA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, está em São João dos Patos, em uma reunião de trabalho com magistrados, e foi informado sobre a apreensão pela Assessoria de Comunicação. Em nota à imprensa, o tribunal informou que ele determinou, por telefone, à diretoria geral do TJMA a imediata apuração dos fatos.

Segundo a nota, a diretora geral, Alessandra Darub, solicitou à Coordenação de Processos Administrativos e Disciplinares "imediatas providências no sentido de apurar o que vem sendo noticiado, tendo em vista a suposta conduta irregular praticada por servidores".

De acordo com o TJMA, no dia 6 de outubro, o pleno regulamentou os procedimentos disciplinares cabíveis para apurar condutas irregulares atribuídas aos servidores, que inclui, dentre outras penas, advertência, suspensão e demissão.

## Sindicância vai apurar uso irregular de veículo do TJ

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, logo após ter conhecimento, no final da manhã de ontem, 15, da notícia de apreensão, no posto policial da Estiva, de um veículo do Poder Judiciário estadual transportando animais vindos do interior do estado para São Luís, determinou, por telefone, à diretoria geral do TJMA a imediata apuração dos fatos.

À Coordenação de Processos Administrativos e Disciplinares, a diretora geral, Alessandra Darub, solicitou “imediatas providências no sentido de apurar o que vem sendo noticiado, tendo em vista a suposta conduta irregular praticada por servidores”. A van apreendida pela polícia re-

tornava de viagem a serviço da fiscalização dos cartórios extrajudiciais no interior.

### PROCEDIMENTOS

No dia 6 de outubro, o pleno do TJMA regulamentou os procedimentos disciplinares cabíveis para apurar condutas irregulares atribuídas aos servidores, que inclui, dentre outras penas, advertência, suspensão e demissão.

A ausência do presidente do TJMA, Jamil Gedeon, na capital deve-se à sua participação em reunião de trabalho na comarca de São João dos Patos, onde reúne os magistrados das comarcas vizinhas para prestar contas das ações de melhoria da estrutura das unidades jurisdicionais.